



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020
pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Nº 20/2023 | APEOESP | 26 de abril

REVOGAÇÃO IMEDIATA E INTEGRAL DO NOVO ENSINO MÉDIO/BNCC!

**Unificar nacionalmente professores,
funcionários, estudantes e suas famílias
pela derrota da contrarreforma do
ensino médio (Lei 13.415/2017)**

**Erguer os comitês de luta em cada região
e convocar as assembleias presenciais,
para organizar a resistência coletiva**

Neste dia 26/4, estamos ocupando as ruas atendo ao chamado da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) de greve nacional da Educação. A entidade coloca em sua convocatória dois eixos principais: a luta pelo piso salarial e o combate à contrarreforma do ensino médio, aprovada durante o governo de ditadura civil de Michel Temer, em 2017. De fato, esses pontos possuem grande importância para os trabalhadores, para a juventude e para a própria Educação. Há também uma série de questões que poderiam ser acrescentadas a esses eixos, como o problema da violência nas escolas, a questão das condições de trabalho e o avanço da terceirização e da privatização. Enfim, a Educação vive uma crise profunda, com diversos problemas. Cabe aos sindicatos, centrais, confederações e entidades estudantis organizarem a luta coletiva, unificada nacionalmente e no campo da independência de classe.

A insatisfação com o Novo Ensino Médio, especialmente entre os jovens, se destaca nesse mar de problemas. A farsa dos itinerários veio à tona e tem provocado uma onda de críticas e manifestações. Trata-se de uma mudança que aprofunda a falência do ensino brasileiro, que já vem de longa data. Os estudantes não aprendem, e o trabalho de professores e funcionários segue cada vez mais precarizado. O analfabetismo e o chamado analfabetismo funcional conti-

nuam elevados – cerca de 1/3 dos brasileiros não consegue compreender textos simples nem realizar operações matemáticas. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 35,9% dos jovens brasileiros não estudam, nem trabalham – é a geração conhecida como “nem-nem”. As condições de vida da maioria oprimida no país vão de mal a pior, a fome, miséria e o desemprego atingem em cheio as famílias trabalhadoras. Como a escola não é uma bolha, a violência acaba penetrando em seu seio, como vimos nos recentes casos da Vila Sônia/SP, e em Blumenau/SC.

Estão aí os motivos para mobilizar toda a comunidade escolar em defesa das suas reivindicações e em defesa da Educação pública. Há, porém, alguns obstáculos que precisam ser removidos, para que o movimento possa avançar. O primeiro deles é o divisionismo imposto pelas direções sindicais e estudantis. Em março houve duas manifestações separadas, nos dias 15 e 22, a primeira de estudantes e a segunda de professores. Nessa semana, o erro se repetiu, com a divisão entre a juventude e os trabalhadores em atos distintos, nos dias 19 e hoje, dia 26. É uma divisão que nos enfraquece e só favorece os governos. Um movimento massivo obrigaria o Ministério da Educação a um recuo. A prova disso é que, diante da movimentação inicial nas ruas, o governo federal não pôde per-

manecer indiferente, teve de usar a manobra da prorrogação por 60 dias na aplicação da reforma para tentar amenizar o descontentamento generalizado – vale ressaltar que o privatista Feder, Secretário do governo de ultradireita de Tarcísio, optou por não acatar a orientação de suspensão.

O ministro Camilo Santana/PT, respondendo à pressão social, anunciou uma “consulta pública”, para passar um verniz democrático numa contrarreforma que foi imposta de cima para baixo pelo direitista Temer. Ao lado dessa artimanha comparece outra, que é a promessa de realizar “ajustes” no Novo Ensino Médio. As duas propostas que têm sido mais veiculadas são a diminuição da carga horária dos itinerários e uma correção de seus conteúdos, com maior controle sobre eles, de forma a evitar o oferecimento de disciplinas esdrúxulas, como “brigadeiro caseiro”, “astrologia” e outras do mesmo gênero, que escancararam a farsa da medida. Dessa forma, os “ajustes” acabariam servindo à manutenção da essência privatista e de aprofundamento da decomposição do ensino, com a preservação do incentivo à excrescência do ensino a distância (EaD), da farsa do ensino de tempo integral, do desmonte da EJA etc.

Tais manobras políticas mostram que, mesmo com a divisão imposta pelas direções, o governo sentiu o impacto dos atos de estudantes. Com um combate multitudinário ocupando as principais avenidas do país, paralisando as escolas e radicalizando no método, projetando o movimento para além das próprias escolas, atingindo a circulação de mercadorias, isto é, afetando a economia, provocando prejuízo aos capitalistas, o movimento teria muito mais força para conquistar a vitória. A tarefa urgente é unificar os estudantes e os trabalhadores da Educação, inclusive com os explorados de conjunto, rompendo com o corporativismo das direções. Os comitês pela revogação do Novo Ensino Médio devem incorporar todos os setores oprimidos, em uma só luta pela revogação integral e imediata da reforma do ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O segundo obstáculo que precisa ser eliminado está no imobilismo das direções nacionais e nos estados e municípios. Em São Paulo, por exemplo, a APEOESP fez uma divulgação apenas em seu site, não houve um empenho verdadeiro de construção da greve, com as visitas às escolas, além de não convocar a assembleia da categoria. A direção do SINPEEM, que é o principal sindicato da rede municipal da capital, só divulgou o chamado da CNTE após a Chapa 2, de oposição (as eleições ocorrerão no dia 5 de maio), fazer campanha em torno a essa questão e não convocou os trabalhadores para realizar a sua assembleia – por sinal, não convocou uma assembleia sequer em 2023. A AFUSE, sindicato dos funcionários de escola dos estaduais, ignorou a deliberação da CNTE. As entidades

estudantis, como a UMES-SP (dirigida pela Juventude Pátria Livre/PCdoB), também não moveu uma palha para que o ato do dia 19 fosse massivo, o que acabou resultando numa manifestação menor do que a anterior (15/3). E o que se passou em São Paulo se repetiu, com particularidades, pelo país afora.

Outro obstáculo, de grande peso, tem sido a política governista das direções, quase todas ligadas ao PT, partido que encabeça o governo burguês de frente ampla em nível federal, ou ligadas a partidos aliados, como o já citado PCdoB. Há uma ação dessas direções no sentido de “blindar” o que consideram o “seu” governo. O presidente Lula, contrariando as expectativas de seus apoiadores, já se pronunciou contra a revogação da reforma do ensino médio. Os trabalhadores e a juventude oprimida do país, no entanto, necessitam da revogação do Novo Ensino Médio, bem como de todas as contrarreformas aprovadas no último período, principalmente a trabalhista, a previdenciária e a lei da terceirização; necessitam combater o arrocho salarial e o desemprego; precisam se colocar pelo fim da guerra na Ucrânia; têm de enfrentar o fortalecimento das tendências fascistas; em suma, precisam lutar contra os efeitos da crise do capitalismo. Para isso, precisam da independência frente aos governos da burguesia.

Como se vê, os principais obstáculos estão relacionados à política das direções: divisionismo, imobilismo e o governismo. Nós, da Corrente Proletária na Educação/POR levantamos essas críticas, pois são fundamentais para o movimento avançar. É preciso rejeitar todas as manobras governamentais que visam manter a essência da contrarreforma do ensino médio, erguendo a consigna de revogação imediata e integral da Lei 13.415/2017.

O ato/greva nacional de hoje deve servir para impulsionar novas manifestações, novas paralisações, para que a mobilização ganhe coesão e possa constituir a força social necessária para alcançar a vitória. É preciso partir das condições objetivas de existência da maioria nacional oprimida, levantando as bandeiras de defesa dos empregos, salários e direitos. A defesa da juventude oprimida se expressa na bandeira da combinação entre os estudos e o trabalho (4 horas na produção social e o restante para os estudos e lazer). Essa luta permite enfrentar a evasão escolar, porque o aluno-trabalhador não fica impedido de frequentar as aulas e combater a superexploração do trabalho, reduzindo a jornada para 4 horas sem reduzir os salários. É preciso ligar essas reivindicações à defesa de um sistema único de ensino gratuito, laico, para todos e em todos os níveis, vinculado à produção social e sob o controle de quem estuda e trabalha. O que implica lutar pela estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

